

**CONV 311/02**

**WG III 17**

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Personalidade Jurídica
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 30 de Setembro de 2002

---

1. O Presidente apresentou ao Grupo de Trabalho o projecto de relatório final (WD 29), elaborado com base nas observações feitas durante a última reunião, em 19 de Setembro de 2002. Indicou seguidamente as principais diferenças entre o texto actual e o anterior, especialmente as seguintes:
  - no ponto 38, a supressão dos domínios e organizações internacionais em causa;
  - no primeiro parágrafo do ponto 46 e na Recomendação Geral n.º 3, o aditamento dos termos "e eventualmente a Euratom", após a referência ao Tratado CE;
  - no segundo parágrafo do ponto 46, a substituição da expressão "do direito de estar em juízo" por "destes direitos".

Estas alterações foram aceites de forma consensual pelo Grupo de Trabalho.

2. Alguns membros do Grupo intervieram para solicitar que fossem também modificados os seguintes pontos do texto:
  - no caso dos acordos mistos que abrangem vários pilares (ponto 24), foi salientado que era necessário harmonizar este ponto com o ponto 37, onde se refere a necessidade de uma delegação única da União para reforçar a sua posição na negociação de acordos internacionais; para o efeito, foi sugerido que no ponto 24 se acrescentasse que só em casos "excepcionais" seria constituída uma delegação dupla;

- quanto ao pessoal encarregado de assistir o Alto Representante/ Comissário responsável pelas Relações Externas, em caso de fusão destas duas funções (ponto 28), foi salientado que havia posições divergentes no Grupo. Contudo, ficou acordado que se indicaria que a posição maioritária ia no sentido da criação de uma estrutura única, de modo a dar mais coerência à forma como a acção externa da União é conduzida, evitando a duplicação das administrações;
  - por último, em relação ao controlo exercido pelo Tribunal de Justiça, sugeriu-se que, no final do ponto 44, fosse aditada uma frase no sentido de que será necessário aprofundar posteriormente a questão das modalidades da competência do Tribunal de Justiça neste domínio.
3. Na sequência destas observações, o Presidente comprometeu-se a introduzir no relatório final as modificações propostas. O Grupo aprovou em seguida o relatório final, por um amplo consenso (com o voto contra de um membro), considerando que este reflectia fielmente a totalidade dos trabalhos do Grupo.
-